



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LUISA PEREIRA ROCHA

**SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO:
A REALIDADE DE PARANAÍBA**

Paranaíba-MS

2024

LUISA PEREIRA ROCHA

**SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO:
A REALIDADE DE PARANAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Campus de Paranaíba (UFMS/CPAR), como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Gomes Coelho

Paranaíba-MS

2024

LUISA PEREIRA ROCHA

**SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO:
A REALIDADE DE PARANAÍBA**

Orientador: Prof. Dr. Gilson Gomes Coelho

Paranaíba, MS, _____ de _____ de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Gomes Coelho

(Orientador)

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia dos Santos

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Assinatura: _____

Prof. Dr. Darbi Masson Suficier

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Assinatura: _____

O trabalho é atividade pela qual o sujeito se afirma na sua relação consigo mesmo, com os outros com quem ele trabalha e pela qual colabora para a perpetuação de um gênero coletivo (BENDASSOLI & SOBOLL, 2011).

Agradecimentos

Aos meus pais, Marcio e Alessandra, por não medirem esforços quando o assunto é educação e sonho, por darem ouvidos as minhas reflexões sobre a psicologia e contribuírem com tamanha força e amor para que eu chegasse até aqui.

Ao meu irmão, Nicola, por ser minha maior fonte de inspiração e me mostrar, direta e indiretamente, a importância de fazer ciência em uma instituição pública.

Às minhas amigas, Nadia, Ludmilla, Heloisa, Manuella e Gabriele por todas as vezes que acreditaram nos meus sonhos, comemoraram conquistas e estenderam as mãos nos momentos difíceis e turbulentos.

Ao Arthur, por me ensinar todos os dias sobre a vida, me fortalecer com seus pequenos/grandes gestos, acreditar na minha trajetória e me mostrar o verdadeiro significado de admirar alguém.

Ao meu querido amigo Augusto, por todas as vivências compartilhadas inundadas de afeto e sensibilidade.

À Ana Claudia, mulher inspiradora que durante suas disciplinas e supervisões de estágio, propiciou discussões brilhantes que formaram quem sou hoje. Foi você, Ana, que me mostrou a categoria trabalho dentro da Psicologia, a qual eu me apaixonei e direcionou o meu olhar para uma psicologia social comunitária que abraça a diversidade. Sou grata pelos seus ensinamentos, trocas e partilhas de experiências. A graduação não teria sido a mesma sem o seu olhar!

Por fim, ao meu orientador Gilson, por deixar minha trajetória mais leve, acreditar em mim desde o primeiro momento e me mostrar que sou capaz de muitas coisas. Com seu olhar sensível para assuntos tão importantes, foi como uma luz no fim do túnel. Graças a você, eu entendi o porque era tão interessada pela Psicologia Histórico-Cultural e tive acesso a materiais, autores e autoras tão potentes, que sem dúvida alguma constituíram quem eu sou hoje. Se eu pudesse te descrever, seria como usar óculos de grau pela primeira vez e enxergar tudo com mais clareza.

RESUMO

O estudo qualitativo investigou os sentidos do trabalho na Educação Infantil para professoras de uma escola municipal de Paranaíba/MS, relacionando ideologias e problemáticas de gênero à predominância de mulheres no quadro docente. A partir do desvelamento de aspectos ideológicos pela metodologia da Análise do Discurso Francesa de Michel Pêcheux, observou-se que o discurso atua como um dispositivo que cristaliza funções atribuídas ao gênero feminino, perpetuando a ideia de que o cuidado e a docência na Educação Infantil seriam extensões do papel maternal, considerado como trabalho reprodutivo, essencialmente feminino e portanto desvalorizado. A pesquisa sugere conscientizar profissionais da educação, durante a formação inicial e continuada, sobre a influência das relações de gênero no trabalho, promovendo a desnaturalização de funções tidas como femininas no trabalho docente na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil, Dispositivo, Gênero, Trabalho Reprodutivo.

ABSTRACT

This qualitative study investigated the meanings of work in Early Childhood Education for female teachers at a municipal school in Paranaíba/MS, relating ideologies and gender themes to the predominance of women in the teaching team. Based on the revealing of ideological aspects through the methodology of Michel Pêcheux's French Discourse Analysis, it was observed that discourse acts as a device that crystallizes functions attributed to the female gender, perpetuating the idea that care and teaching in Early Childhood Education would be extensions of the maternal task, considered to be reproductive work, essentially for women and therefore devalued. The research suggests raising awareness among education professionals, during initial and continuing training, about the influence of gender relations on work, promoting the denaturalization of functions seen as feminine in teaching work in Early Childhood Education.

Keywords: Early Childhood Education, Device, Gender, Reproductive Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Dados gerais das entrevistadas	17
---	----

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	07
2.	OBJETIVOS	13
2.1.1.	Objetivo específico	13
2.1.2.	Objetivos gerais	13
3.	MÉTODO	14
4.	ANÁLISE E DISCUSSÃO	17
4.1.1.	A docência na Educação Infantil	17
4.1.2.	Educação Infantil: um universo feminino	21
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	27
	APÊNDICES	29
	APÊNDICE I – Declaração de Infraestrutura	29
	APÊNDICE II – Carta de Anuência Institucional da Secretaria Municipal de Educação	30
	APÊNDICE III – Carta de Anuência Institucional da Escola Municipal estudada	32
	APÊNDICE IV – Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD) da Secretaria Municipal de Saúde	34
	APÊNDICE V – Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD) da Escola Municipal estudada	36
	APÊNDICE VI – Instrumento de Pesquisa	38
	APÊNDICE VII – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	39

1. Introdução

Acreditamos ser a escola um espaço privilegiado para o desenvolvimento do pensar crítico. Em consonância à concepção da pedagogia histórico-crítica, a escola precisa conter as condições materiais necessárias para um saber refletido, programado e intencionado para o processo de formação humana individual e coletivo, pensando o sujeito como transformador da realidade (SAVIANI, 2011). O aluno deve ser ativo no seu processo de aprendizagem e possuir os instrumentos necessários para transformar sua realidade material. É a partir do pensar crítico que o aluno desvela os aspectos ideológicos presentes no saber sistematizado e conscientiza-se sobre o que a sociedade converte em senso comum. Aqui, faremos um recorte e, portanto, daremos foco ao contexto da Educação Infantil.

A Educação Infantil, de acordo com o Ministério da Educação – MEC, deve garantir o ensino institucional de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses completos, a fim de promover seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2010). A permanência dos alunos nestes espaços de ensino, como aponta o MEC, pode ser de quatro horas diárias, compreendendo uma jornada parcial, igual ou superior a sete horas diárias, considerada uma jornada de tempo integral. Além de ser um espaço para os pequenos, é também um local de trabalho para professores, especialmente do sexo feminino, uma vez que os dados do Censo Escolar 2023 revelam que 96,2% dos docentes da Educação Infantil são mulheres (BRASIL, 2024).

A predominância de mulheres na educação infantil está enraizada na ideia de trabalho reprodutivo, que, como exemplificado por Freitas (2024), se refere às atividades essenciais para a manutenção e regeneração da vida, como o cuidado com crianças, idosos, a preparação de alimentos e o trabalho doméstico. Esse trabalho, indispensável para a reprodução da força de trabalho e para o funcionamento do sistema capitalista, é inviabilizado e naturalmente considerado uma extensão ou preparação natural da maternidade. Assim, a feminização do magistério reflete a divisão sexual do trabalho, que reserva às mulheres o papel de cuidadoras, reforçando estereótipos de gênero e contribuindo para a perpetuação da opressão patriarcal. Ao ocupar esse espaço, as mulheres realizam uma forma de trabalho reprodutivo remunerado, mas ainda submetidas a baixos salários e pouca valorização social, evidenciando a continuidade da exploração capitalista e da subordinação de gênero.

Para Souza (2023), a exploração das mulheres como mão de obra mais barata, flexível e submissa é uma prática antiga na história da classe trabalhadora. Realidade reforçada pelo

patriarcado (hierarquia em que homens controlam mulheres), o qual estrutura a opressão e a dominação masculina, utilizando antagonismos de gênero para organizar o trabalho feminino conforme as demandas capitalistas, visando intensificar a exploração e maximizar a valorização do valor:

O MPC [Modo de Produção Capitalista] se apoia na hierarquia patriarcal para configurar sua estrutura, efetivando uma divisão sociosexual do trabalho, na qual as funções de reprodução social (vida privada) se tornam função exclusiva das mulheres, ao passo que as tarefas da produção da vida (vida pública) se tornam função dos homens. Para tanto, se implementa a separação entre o local do trabalho e a casa, aprofundando a divisão social do trabalho, agora fortemente marcada pelos padrões de gênero (p.81).

De acordo com Telles (2014), o início do século XX marca a conquista das mulheres ao acesso do ensino superior e o direito de participar do espaço público, mesmo que ainda com atribuições essencialmente domésticas. O magistério tornou-se a profissão permitida às mulheres através do discurso de que a mulher tinha vocação para lecionar. Foi entre o fim do século XIX e o início do século XX que a demanda por escolaridade aumentou, ocasionando o ensino gratuito da escola primária, direito universal diante da democratização. Louro (2004) revela que as escolas, de ordem religiosa, tinham como “profissionais” pessoas leigas, sendo as classes divididas com “professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas [...] para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura” (p.444). As atividades em comum consistiam no ensino cristão, leitura, escrita e as quatro operações matemáticas.

Portanto, os direitos supracitados foram concedidos somente às pessoas brancas. Conforme Louro (2004) aponta, a população de origem africana e os descendentes indígenas eram impedidos do ensino escolar. Negros, em vista da escravidão, não podiam ter acesso a nenhuma forma de escolarização. Indígenas somente se estivessem envolvidos em ações religiosas do catolicismo. As leis que gradualmente “enfraqueceram” o sistema escravista não resultaram em vestígios de oportunidades de acesso à educação para os negros. É imprescindível pontuar que o sistema de dominação não se dá da mesma forma para todos, mas difere-se a partir dos outros marcadores sociais, como raça, nacionalidade e classe. O fenômeno de feminização do magistério engloba, portanto, somente mulheres brancas:

[...] as mulheres negras, quando escravizadas, não foram constituídas como mulheres do mesmo modo que as brancas. Mas sim, foram construídas em termos sexuais e

raciais, como fêmeas próximas dos animais, sexualizadas e sem direitos, em uma instituição que as excluía dos sistemas de casamento. A (re)produção da ideia de esposas do lar e cuidadora da família (patriarcalismo/sexismo), ou seja, o *modus operandi* da “dominação masculina” foi criado apenas pensando nas mulheres brancas (GUEDES & PASSOS, p. 171, 2022).

A fim de discutir a predominância de mulheres no quadro docente da Educação Infantil, Valeska Zanello também compreende o magistério como a entrada para o mercado de trabalho das mulheres brancas, tendo sido a representação material da extensão de uma natureza maternal feminina, cabendo a elas a educação infantil primária, “trabalho esse considerado menos técnico e mais ‘afetivo’” (p.137, 2018). As qualidades e papéis atribuídos às mulheres, foram sendo naturalizados e permeiam até hoje na esfera doméstica e na vida laboral. Essa naturalização do cuidar feminino é explicada por Zanello (2018) a partir do conceito de dispositivo de Michel Foucault, que será destrinchado adiante. A autora utiliza o termo “dispositivo materno” e se atenta para a existência do caráter afetivo dado às funções que são tidas como naturais, mas que são, na verdade, trabalho:

Executar tal cuidado exige dispêndio de energia física e psíquica, além de um saber fazer [...]. Ou seja, é *trabalho*. No entanto recebeu uma ‘capa afetiva’, para transformar em ‘espontaneidade’ o que é fruto de um processo gendrado de subjetivação, ao qual a cultura presta sua grande contribuição (p.150).

Foucault (1996) compreende que os papéis atribuídos ao gênero não são simplesmente dados pela cultura, mas produzidos e sustentados por um conjunto de práticas sociais e instituições que controlam os indivíduos devido ao poder que exercem na sociedade. Desta forma, controle, determinação e força são alguns dos elementos que constituem a função do que o autor denomina “dispositivo”. Os dispositivos têm o poder de subjetivar os indivíduos a partir do que é designado pelas regras responsáveis pela manutenção das instituições, estabelecendo o que é certo ou errado, quem serão incluídos ou excluídos de direitos e quais devem ser as condutas do sujeito, determinando seu modo de viver.

É, portanto, a partir da lógica foucaultiana, que compreendemos o gênero como um dispositivo, pois é a partir do que se é, homem ou mulher, que se determina o caminho a ser trilhado pelo sujeito. Formam-se as vulnerabilidades identitárias criadas pelos processos de subjetivação e que são, de acordo com Zanello (2018), “diferenciadas para homens e mulheres em nossa cultura” (p.98). Ainda de acordo com a autora, o homem é ensinado a viver com suas ações voltadas a si próprio, enquanto a mulher é guiada pelo dispositivo materno e pela eterna preocupação em cuidar do outro.

Assim como o gênero, o trabalho também permeia e determina a vida dos sujeitos. Saviani (2011) aponta o trabalho como instrumento transformador da natureza que produz necessidades humanas, convertendo bens em serviços. No processo de desenvolvimento do adolescente, é comum que lhe perguntem: “O que você quer ser quando crescer?” e, quando atingida a adultez, o indivíduo, ao se apresentar a alguém, torna-se sua profissão: “O que você é?”, “Sou cozinheira”. Culturalmente, o trabalho torna-se o sujeito em sua completude e atravessa sua subjetividade, sobressaindo-se em relação a suas outras características e atribuições. Com isso, o trabalho determina, influencia relações e, principalmente, suas condições de vida.

No que tange à produção de sentidos, Orlandi (2013) destaca uma relação entre língua, discurso e ideologia, de forma que “[...] o discurso é o lugar em que se pode observar [a] relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (p.17). Assim, a língua, responsável por significar, é disseminada e produz sentidos. Ainda de acordo com a autora, as funções atribuídas ao gênero estão enraizadas em uma sociedade onde “[...] há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de ‘atribuir’ sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre etc. Os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos” (p.10). A subjetividade, os modos de pensar e agir são, portanto, permeados por um corpo ideológico que constrói a língua, guia os discursos e produz os sentidos.

Entendemos o corpo social a quem Orlandi (2013) se refere como estruturas de poder fortalecidas pelo capitalismo. A lógica capitalista baseia-se na acumulação do capital através da produção de ideologias que naturalizam os modos de vida e relações sociais. De acordo com Souza (2023), a divisão social do trabalho tem início nas diferenças fisiológicas, como o sexo. Assim, naturalizam-se funções a depender do sexo, de forma que as mulheres exercem papéis da vida privada, mantendo o capital a partir de um trabalho não remunerado. Essa naturalização das relações estabelecidas por ideologias capitalistas ajuda a minimizar a resistência e o questionamento das estruturas de poder existentes, facilitando a perpetuação do sistema.

Consideramos de suma importância conhecer de maneira mais aproximada os desdobramentos sobre questões de gênero e trabalho docente na Educação Infantil, bem como produzir conhecimento em torno da realidade estudada. Desta forma, é relevante que as(os) psicólogas(os) contribuam para o avanço científico em torno da temática e, assim como fundamentado no Código de Ética da Profissão (CFP, 2005), faz-se condizente intervir nessas condições potencialmente adoecedoras, compreendendo como e à que os sentidos do trabalho

se relacionam, a fim de que sejam mediadores da tomada de consciência e significação da prática docente para professoras da Educação Infantil.

Propusemos o desenvolvimento de pesquisa qualitativa com professoras da Educação Infantil que atuam em uma escola municipal de Paranaíba, município brasileiro localizado geograficamente à leste do estado de Mato Grosso do Sul com população estimada de 40.957 habitantes, de acordo com o censo de 2022 (IBGE, 2022). Desta forma, foi possível cumprir com os objetivos de investigar o sentido do trabalho para essas docentes, relacionar a predominância de mulheres no quadro docente da Educação Infantil com aspectos de gênero, ideologia e dispositivo através da Análise do Discurso Francesa (ADF), realizar escuta sensível da memória e potencializar esse poder falar de si e por si, de nós e para nós.

Foi através da pesquisa qualitativa que obtivemos o conteúdo da realidade investigada, por acreditarmos que quantificar os sentidos não implica compreendê-los. Ao ver desta pesquisa, encarar os sentidos como conteúdo qualitativo significa compreender no discurso de cada professora aspectos ideológicos relacionados ao gênero no exercício da atividade docente. Tal compreensão foi possível por meio da metodologia da ADF de Michel Pêcheux (1938-1983). Para tanto, três professoras manifestaram seus aspectos individuais, que além de estarem no plano da subjetividade, estão no mundo objetivo, no que podemos chamar de vida material. As histórias pessoais se repetem no social, portanto, se tão somente uma (1) professora tivesse sido entrevistada, teríamos o conhecimento de que a cultura atravessada por aspectos ideológicos de gênero não está apenas nas obras das autoras e autores contemplados nesta pesquisa, mas se repetem na realidade da escola municipal estudada, localizada em Paranaíba/MS.

Apresentamos no discorrer da introdução deste trabalho como o processo de subjetivação dos seres viventes é atravessado pelo gênero, atribuindo a eles suas funções sociais e individuais. As funções de cuidar e educar presentes na Educação Infantil podem explicar a predominância de professoras mulheres. O ato de “cuidar” direcionado às mulheres é, ainda hoje, naturalizado culturalmente, e isto foi, de acordo com Brito e Coelho (2021) “apropriado e utilizado de forma violenta no período da escravidão, instituindo a função social de cuidar [...] para a mulher negra” (p.190-191).

Partiu-se da hipótese de que o sentido do trabalho docente infantil está interpelado pelas relações de gênero, associando diretamente o cuidar e a maternidade à prática docente e que essa associação ocorre, inclusive, pelas próprias docentes. Portanto, habilidades técnicas e conhecimentos teóricos conquistados e desenvolvidos através de formações acadêmicas e especializações na Educação são desconsiderados. Além disso, acreditamos na falta de

desenvolvimento do pensamento crítico das professoras, no que se refere à prática pedagógica e aos dispositivos ideológicos que a permeiam.

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

- Investigar os sentidos do trabalho para professoras da Educação Infantil de uma escola municipal de Paranaíba/MS.

2.2. Objetivos Específicos

- Relacionar a predominância de mulheres no quadro docente da Educação Infantil com aspectos de gênero, ideologia e dispositivo através da Análise do Discurso Francesa;
- Realizar escuta sensível da memória e potencializar o poder de falar de si e para si, de nós e para nós.

3. Método

Identifica-se como objeto de estudo os sentidos do trabalho para as professoras de Educação Infantil de uma escola municipal de Paranaíba/MS. Foram estabelecidos como critério de inclusão ser mulher, ter mais de 18 anos, trabalhar na Educação Infantil e pertencer à categoria docente. Os critérios de exclusão foram ser homem, ter idade menor a 18 anos, não trabalhar na Educação Infantil e pertencer a outros cargos que não fossem o de docência.

O presente estudo recebeu avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que concedeu parecer favorável para sua realização sob o protocolo nº71042123.0.0000.0021 e parecer nº6.423.228.

A escolha do local ocorreu através de uma busca *online* no *Google* por escolas municipais de Paranaíba que contemplavam séries da Educação Infantil. Pesquisadores entraram em contato pelo *WhatsApp* da escola e descreveram os objetivos do estudo. A partir disso, a coordenadora da escola os convidou para uma apresentação do projeto durante uma hora-atividade dos docentes. Combinado a data e o horário, pesquisadores foram até o local e após exporem seus interesses de pesquisa, fizeram o convite às professoras presentes, para participarem das entrevistas semiestruturadas a respeito do exercício profissional e o sentido do trabalho. O quadro de professoras(es) da escola era formado tanto por aquelas(es) que dão aula para alunos da Educação Infantil, quanto para o Ensino Fundamental, portanto as docentes que pertenciam a este último grupo não se adequavam aos critérios de inclusão da pesquisa, fato que limitou um número maior de participantes para o estudo. Três professoras manifestaram interesse em participar e compartilharam seus dados com os pesquisadores, como nome completo, série em que leciona e telefone para contato, para que as datas e horários de entrevistas fossem agendados.

Embora a amostra tenha se constituído por três mulheres, entende-se que a pesquisa qualitativa prioriza a qualidade das informações obtidas através da realidade estudada, de forma que após a realização das entrevistas foi possível identificar os fenômenos se repetindo nas histórias de cada participante, atingindo os objetivos da pesquisa.

Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados (NEVES, 1996, p.1).

Os pesquisadores entraram em contato com as professoras interessadas via *WhatsApp* a fim de agendar as datas e horários de cada entrevista, que ocorreram entre os dias 16 e 20 de outubro de 2023, com duração média de 1 (uma) hora. Durante o agendamento, informaram às participantes sobre os objetivos da pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como a respeito do sigilo ético e profissional acerca das informações e identidade pessoal fornecidas por elas, substituindo seus nomes por nomes fictícios. Desta forma, as professoras assinaram o termo, com direito à desistência de participação da pesquisa a qualquer momento que desejassem sem que lhes fossem causados quaisquer prejuízos e autorizaram a gravação, que foi destruída após transcrição dos dados.

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados um gravador de áudio e um roteiro com seis questões demográficas e 11 questões semiestruturadas. O roteiro de entrevista foi elaborado previamente pelos pesquisadores com o objetivo de identificar, de modo geral, aspectos relacionados à atividade profissional das professoras, bem como suas concepções sobre relações de gênero. Desta forma, perguntou-se há quanto tempo trabalham na Educação Infantil e qual formação possuem; quais atividades realizam dentro e fora do trabalho; o que o trabalho significa para elas; quais suas funções, habilidades e contribuições; os desafios que encontram no trabalho e o que compreendem sobre a predominância de mulheres na Educação Infantil, bem como suas concepções sobre relações de gênero.

O método de pesquisa escolhido foi a Análise do Discurso Francesa, por ser considerada pelos pesquisadores a forma mais adequada de coletar, através das entrevistas semiestruturadas, os dados necessários para entender como as relações de cuidado das professoras na Educação Infantil são naturalizadas através do discurso e funcionam como um dispositivo, relacionado ao gênero e à maternidade, de forma que o sentido do trabalho seja interpelado por esses aspectos, desconsiderando a aplicação dos conhecimentos e habilidades técnicas aprendidos pelas docentes. Ela, por sua vez, surge como um protesto ao Estruturalismo Filosófico, paradigma dominante no século XX, no contexto pós Segunda Guerra Mundial, que desconsiderava questões políticas e sociais em detrimento da ênfase na análise das estruturas fundamentais que sustentam as culturas humanas, como as linguagens.

Segundo Piccin (2016, p.17), Pêcheux, precursor da ADF, “foi influenciado pelas questões sociais e políticas na constituição de suas proposições”, aproximando ideologia, discurso e subjetividade. Essa filosofia sugere que o indivíduo se reconhece como sujeito dentro de uma formação social através de práticas que ocorrem dentro de ideologias que, como processo discursivo, materializam relações de poder e subjetividade. Orlandi (2013) revela que com a ADF “podemos atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em

suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito” (p.42). Essa metodologia foi escolhida pois permitiu aos pesquisadores desvelar os aspectos ideológicos presentes nos discursos das professoras, que contribuem diretamente para a atribuição dos sentidos ao trabalho.

Optou-se por entrevista semiestruturada para que fosse possível ordenar a investigação acerca dos itens necessários e analisar os sentidos do trabalho para as docentes entrevistadas. Dessa forma, os pesquisadores contaram com perguntas abertas para que as professoras pudessem compartilhar aspectos subjetivos, como percepções, atitudes e significados acerca dos fenômenos estudados.

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (LAKATOS & MARCONI, 2003, p.197).

Assim como será destrinchado na análise e discussão, o presente estudo identificou que a prática profissional das professoras na Educação Infantil está intrinsecamente ligada ao trabalho reprodutivo/maternal/doméstico, conforme revelado em suas falas, nas quais se percebem ora como mães, ora como educadoras. Além disso, os pesquisadores observaram que as dificuldades enfrentadas por essas docentes estão diretamente relacionadas à falta de reconhecimento de seu trabalho, tanto pela instituição quanto pela sociedade, ocasionando em uma delas a vontade de abandonar a profissão e mudar de carreira.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

As informações gerais sobre as participantes foram obtidas ao início das entrevistas. Assim, obteve-se o conhecimento sobre as idades, gênero e raça pelos quais elas se identificam, estado civil, se possuem filhos, em qual série são regentes e em qual curso possuem graduação, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Dados gerais das entrevistadas

Professora	Idade	Gênero	Raça	Estado Civil	Filhos	Série	Formação
Maria	42	Feminino	Branca	Casada	Sim	Jardim III	Pedagogia
Joana	31	Feminino	Branca	Casada	Sim	Jardim III	Pedagogia
Ana	27	Feminino	Branca	Casada	Sim	Jardim III	Pedagogia

Fonte: dados da pesquisa elaborados pelos autores

Além das informações supracitadas, foram feitas questões sobre o exercício profissional das regentes da Educação Infantil. Os tópicos foram divididos em “A docência na Educação Infantil” e “Educação Infantil: um universo feminino”, constituídos a partir dos relatos das professoras, a fim de articular a realidade investigada com as hipóteses elencadas no início do presente texto e referencial teórico utilizado para compor a análise e discussão da pesquisa. Optou-se também por incluir falas relevantes que ajudam a elucidar, de forma mais clara possível, a realidade do trabalho das professoras na Educação Infantil em Paranaíba/MS.

4.1. A docência na Educação Infantil

Cuidado e Educação Infantil são termos que caminham juntos. Crianças estão sob a responsabilidade dos profissionais da instituição escolar e passam em média quatro horas diárias no local. As entrevistas realizadas com três professoras de uma escola municipal de Paranaíba/MS possibilitaram o conhecimento sobre a prática profissional e experiências vivenciadas no trabalho.

Diante das falas das professoras, foi possível evidenciar o caráter pragmático da construção de seus materiais lúdicos e didáticos, de forma que montam seus acervos com o intuito de os utilizar nos anos seguintes, salvam ideias no celular e pesquisam no computador. Há uma ausência na menção de uso de materiais didáticos, como livros e apostilas. Maria revela que é contra realizar leituras de alfabeto pois acredita que as crianças não aprendem, então realiza rodas de conversa e faz perguntas sobre aspectos cotidianos, como quais são e o

que cada feriado significa, como está a previsão do tempo e quais são os dias da semana. Para que os alunos identifiquem as letras do alfabeto, Maria produz cartazes com seus nomes, contendo a letra inicial de cada um. Utiliza também materiais como palito de sorvete, caixas de pizza e rolos de papel higiênico para criar jogos infantis.

A professora Joana mostrou-se preocupada com a organização e planejamento de seus materiais e comentou sobre a existência de um roteiro de temas para a Educação Infantil, elaborado anualmente pela Secretaria da Educação. Quando questionada sobre quais atividades desenvolve em sala de aula, diz que trabalha questões educacionais como letras, alfabeto, números e quantidade. Joana compreende que sua função dentro da escola é escolarizar os alunos e prepará-los para o ensino fundamental, ensinando as regras necessárias para se tornarem responsáveis com seus deveres e obrigações: *“Não é porque eles têm cinco, seis anos, que eles não têm deveres”* (Professora Joana).

A professora Ana conta sobre seu gosto por atividades extraclasse, que fazem com que os alunos explorem novos ambientes, porém, sofria muitas críticas pelos funcionários da instituição, o que acarretou na diminuição do desenvolvimento de programações diferentes do usual. Revela seu descontentamento com as “imposições” da Educação Infantil, como a necessidade de que os alunos andem e esperem em filas, realizem um número significativo de atividades impressas, tenham a caligrafia esperada, entre outros: *“Eu acho lindo a criança com aquela assinatura do nome espontânea, sabe? Eu não gosto de ficar dando muita atividade impressa [...] eu percebo, se não tiver atividade impressa você não deu aula, os pais reclamam. ‘Cê’ tem que ir seguindo as regras do município, da rede onde você está. Eu acho que o professor tinha que, claro, ele tem que seguir alguns eixos, mas eu acho que ele deveria ser livre para trabalhar dentro da sala dele”* (Professora Ana).

A respeito das considerações levantadas pelas professoras sobre o aspecto mecânico e imposto pela educação na alfabetização, é importante ressaltar que os conhecimentos eruditos e programados pela escola, de acordo com os autores Júnior, Neto e Alves (2019), apoiados na pedagogia histórico-crítica, devem conter uma essência crítica e não ser somente repassado de professor para aluno, pois desta forma aspectos alienados e produzidos pelo capitalismo são desvelados e desnaturalizados. Defendemos, no presente trabalho, a importância de uma base teórica desde a escola primária, porém com atividades que façam sentido para a faixa etária e para a condição contextual e sócio histórica dos indivíduos. De acordo com Duarte (2013),

Precisamos desse conhecimento para o desenvolvimento da nossa concepção de mundo [...] para compreender o mundo e a nós mesmos de uma maneira que supere a superficialidade e o fetichismo próprios ao senso comum [...] para formar em nós mesmos essa concepção de mundo mais ampla. É por isso que o professor que está na sala de aula, desde a educação infantil até o ensino superior, precisa de teoria (p.70).

Em relação ao planejamento das atividades e conteúdo, as professoras disseram buscar materiais previamente elaborados na internet, montando um acervo de jogos que possam utilizar em momentos diversos. Dessa forma, identificamos que não há uma organização intencional destes materiais, sendo eles desenvolvidos para diferentes classes e contextos, com a ideia de reaproveitamento do que já se tem como mecanismo de “se livrar” de uma sobrecarga: *“Eu sempre procuro fazer algo que já tenho disponível para não ter a sobrecarga de trabalho [...] algo que eu sei que vai ficar no meu acervo, que vou utilizar com frequência tanto com eles quanto futuramente”* (Professora Joana). Conforme Mariglia e Martins (2013) acreditam, a formação profissional de professores deve ser intencionalmente organizada, considerando as condições objetivas de sua realização. As autoras pontuam que ao desconsiderar o conhecimento como necessidade ontológica para interpretação da realidade, o ato educativo perde sentido, desvalorizando o papel do professor e sua formação. Nesse contexto, a pedagogia histórico-crítica emerge como uma abordagem que prioriza a atividade educativa planejada e orientada a fins específicos, resgatando o papel transformador da educação.

Foi possível observar, ainda sobre a atuação profissional e o desenvolvimento de atividades, que a professora Ana apresenta um descontentamento em relação às críticas que recebe pela instituição ao desenvolver aulas extraclasse. Compreendemos que seus objetivos não são atingidos e que seu desejo de mudar de profissão possa estar relacionado à falta de sentido atribuído ao trabalho: *“Lá na Universidade é um sonho, aí quando você chega aqui, você faz e é questionada. Mas o meu sonho, eu tenho vontade de fazer um concurso para outra área. Com certeza eu sairia da escola”* (Professora Ana).

A partir da Psicologia Histórico-Cultural, Vigotski (2008) demonstra em seus escritos a interdependência entre o subjetivo e o objetivo, ou seja, entre o plano individual e o plano social. Dessa forma, a subjetividade do indivíduo se expressa no mundo objetivo através da atividade. Assim, ao dominar um instrumento, construímos o processo de desenvolvimento da ação de acordo com vivências e sentidos pessoais. As atribuições competentes ao exercício profissional das professoras da Educação Infantil não se diferem, mas o processo de ensino de cada uma delas é permeado pela forma que “representam a sua profissão, tendo por base seu

arcabouço teórico, a forma como interpretam a realidade e suas perspectivas profissionais” (ATAÍDE & NUNES, 2016, p.176).

Ao perguntarmos sobre sua função dentro da escola, Ana disse que também se vê como ouvinte de seus alunos e que há muitos momentos de desabafos por parte deles: *“Além de ensinar, né, dar muito carinho para as crianças [...] às vezes a gente faz mais parte da vida deles do que a família”* (Professora Ana). Quando a professora Ana responde que sua função é ser ouvinte de seus alunos, consideramos uma relação de cuidado. Tal relação também fica evidentes nas falas das professoras Maria e Joana: *“Eu observo muito se as crianças sofrem maus tratos”* (Professora Joana), *“Eles têm uma confiança em mim [...] eu tenho um cuidado, não só como professora, mas como mãe com eles”* (Professora Maria).

A partir das falas das professoras, percebe-se uma preocupação com a integridade física e emocional dos alunos. Acredita-se que esse cuidado esteja relacionado às funções socialmente atribuídas ao gênero, uma vez que o ato de cuidar é naturalmente relacionado às mulheres, como se fosse biologicamente determinado. Segundo a lógica de Pêcheux (1995) e Foucault (1996), essa concepção atua como um dispositivo disseminado através dos discursos cristalizados pelas estruturas de poder. Assim, as professoras assumem a responsabilidade de cuidar física e emocionalmente dos alunos como parte de suas funções profissionais, naturalizando o sentimento materno. Além disso, ao considerarmos o contexto da escola primária, é historicamente esperado que atos de cuidado sejam naturalizados neste ambiente. Segundo Louro (2004), no século XX, ao discutir sobre a “vocação” para lecionar atribuída às mulheres, muito se era dito sobre uma inclinação natural da mulher aos cuidados com crianças:

Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, a “extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha espiritual (p.450).

Foi através das falas de Maria, que a sobrecarga de trabalho ficou evidente, visto que utiliza o tempo que deveria ser destinado ao descanso para o planejamento de aulas, recorrendo até mesmo as suas férias para organizar seus materiais. Porém, em nenhum momento da entrevista ela mencionou que se sente sobrecarregada: *“Na minha casa eu tenho um acervo de jogos [...] sempre estou elaborando algum jogo [...] meu marido fala que eu levo todo o serviço para casa. Eu nunca ‘tô’ parada, nas férias eu não desligo”* (Professora Maria). Em contrapartida, a professora Ana reconhece o acúmulo de funções e que, como

mulher, não tem descanso: *“Casa é descanso, né. Mas mulher não para. Antigamente, era domingo 21h e olha lá eu organizando a aula do outro dia, eu ‘louca’ com mil pensamentos e minha menina em cima”* (Professora Ana).

A partir da fala de Ana, compreendemos que “levar serviço para casa” já foi um costume para ela, mas hoje não o faz mais. Joana entende que *“Deu meu horário, acabou. É claro que eu como mãe, respondo meus pais no WhatsApp [...] aconteceu qualquer coisa, me liga!”* (Professora Joana). Ao dizer “meus pais”, Joana referia-se aos pais de seus alunos. O pronome meu/minha foi manifestado outras vezes, na expressão “minhas crianças” utilizada por Maria e Joana. Discutiremos sobre isso no tópico seguinte.

4.2. Educação Infantil: um universo feminino

Após identificar nas falas das professoras como desempenham seu trabalho e os diversos aspectos presentes no exercício profissional, este tópico visa desvelar as ideologias presentes nos discursos das profissionais entrevistadas, especialmente no que diz respeito às relações de gênero e à predominância de mulheres na Educação Infantil. Devido às ideologias cristalizadas historicamente, torna-se comum associar trabalhos que conferem cuidado ao sexo feminino.

A profissão do educador de Educação Infantil, historicamente ocupada predominantemente por mulheres, tem sido ideologicamente mantida sobre o mesmo viés do papel da mulher na sociedade: cuidar, dar carinho, não se preocupar com dinheiro (FARIA, 2013, p.27).

As professoras entrevistadas mostram em suas falas como o trabalho na Educação Infantil está permeado pela divisão sexual do trabalho e às atribuições consideradas inatas ao feminino. No entanto, quando questionadas sobre o que compreendem pela predominância de mulheres no quadro docente da Educação Infantil, Maria diz não entender o porquê, historicamente falando, enquanto Joana aponta a questão histórica e o surgimento das escolas no Brasil, mas sem se aprofundar. Ana, por sua vez, traz o aspecto do nível de proximidade física que as crianças necessitam, principalmente no berçário, em que há momentos de banho e trocas de roupas.

As falas revelam o dispositivo materno intrínseco em seus modos de pensar *“Eu acho que é algo mais maternal. Eu não sei se os homens não têm essa curiosidade ou não têm interesse nessa área. Eu não consigo entender o porquê de não ter homens aqui. Porque eu acho que esse papel, pela história das mulheres, é um papel mais feminino”* (Professora

Maria); *“As creches sempre foram vistas como um cuidado, não como um ambiente educacional. É a mulher como mãe, algo maternal”* (Professora Joana), *“É colocado na nossa sociedade que a mulher tem instinto materno”* (Professora Ana).

De acordo com a fala de Maria, a presença da ideologia permeada pelo machismo fica evidente, porém disfarçada a partir de contradições. Revela sua concepção sobre o caráter maternal de seu trabalho, porém não atribuído pela sociedade e sim por si mesma. A ideologia dominante existente em nossa cultura, quando não detectada pelo indivíduo, torna-se sua visão de mundo. A contradição está quando revela não entender o motivo da ausência de homens exercendo este trabalho, possivelmente por não reconhecer o machismo e o patriarcado e as diferenças sociais entre os gêneros, ao contrário das concepções das demais professoras.

A pergunta sobre o que as professoras entendem por relações de gênero foi alvo de surpresa para os pesquisadores, uma vez que as três confundiram inicialmente o que seriam essas relações, por entenderem que se tratava de orientação sexual/sexualidade. Ana, por exemplo, manteve-se em silêncio por alguns segundos, com a feição de quem não tinha entendido a pergunta. Maria levantou a dúvida *“Como assim?”* e pesquisadores reformularam a pergunta com *“O que é ser homem e ser mulher?”* (pesquisadores). Joana referiu-se como um “assunto polêmico” que só é levantado em sala de aula quando os alunos trazem alguma “polêmica”. Como falas que exemplificam as compreensões das professoras, foram selecionadas: *“Meu marido, quando casei com ele, era bem assim, serviço de homem era fora de casa e de mulher dentro de casa. Hoje, meu marido faz obrigações femininas também”* (professora Maria); *“Eu não vejo sentido em trazer um livro que trata disso enquanto eu não tenho uma família LGBT dentro da minha sala de aula. Eu sempre parto deles. Espero vir a polêmica a partir deles”* (professora Joana), *“Depende de como o gênero se identifica”* (professora Ana).

A surpresa por parte dos pesquisadores veio devido à sensação de ignorância a respeito da classificação e significado de conceitos referentes a gênero, sexualidade e identidade sexual, uma vez que as entrevistadas possuem no mínimo grau superior completo e trabalham com educação. Em contrapartida, entendemos que esse conhecimento não parte somente de um grau de grande complexidade, como se somente indivíduos graduados ou pós-graduados pudessem compreender tais questões. No entanto, há um alheamento por parte das professoras no que se refere a questões de diversidade e marcadores sociais.

Através de pesquisas, encontramos a existência do Curso Gênero e Diversidades na Escola (BRASIL, 2010), uma iniciativa voltada à formação continuada de educadores da

educação básica sobre temas como gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Desenvolvido em parceria entre entidades governamentais e organizações, o curso busca promover a valorização da diversidade e o combate às discriminações por meio da educação, a fim de estimular a reflexão crítica sobre preconceitos e desigualdades no contexto escolar, além de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras.

Os papéis distribuídos socialmente também implicam nas tarefas domésticas assumidas por homens e mulheres. Joana entende que não existe “tarefa de homem e de mulher” e sua fala reflete a concepção de Castañeda (2006) quando defende que pai também cuida do(a) filho(a) e por isso seus alunos não devem estranhar ou achar errado brincar com bonecas: *“Se eles falarem que brincar de boneca é coisa de menina, não existe! Ai, menino não brinca de boneca. Uai, o pai não ajuda a cuidar da criança?”* (Professora Joana). A autora, portanto, explica que a habilidade com tarefas atribuídas ao sexo feminino é aprendida e deve ser chamada de costume e não inerentes à biologia da mulher, no entanto, homens também podem aprendê-las.

Maria conta sua experiência dentro de casa e novamente contradições são encontradas. Ao passo que explica o quanto a relação de seu marido com as tarefas domésticas mudou, denomina-as de “obrigações femininas” e depois, ao relatar como conduz esse assunto com “suas crianças” (alunos), explica que não existe separação de papéis entre homens e mulheres.

Meu marido, quando casei com ele era bem assim. Serviço de homem era fora de casa e de mulher dentro de casa. Mas com o passar do tempo [...] eu vejo que não preciso pedir para que ele faça os serviços de casa. Meu marido faz **obrigações femininas** também [...] com as **minhas crianças** eu explico que não tem serviço de homem e de mulher. Falo que homem também tem que varrer, tem que limpar e quando eles falam que é coisa de mulher eu digo que não e dou o exemplo de casa, falo que meu marido **limpa para mim** e me ajuda (Professora Maria).

Como mencionado anteriormente, algo que nos chamou atenção foi o uso dos pronomes “meus/minhas” quando Maria e Joana referiam-se aos alunos ou pais de alunos. *“Minhas crianças já tem mais autonomia por conta da idade”* (Professora Maria); *“Com as minhas crianças eu explico que não tem serviço de homem e de mulher”* (Professora Maria); *“É claro que eu como mãe, eu respondo meus pais no WhatsApp”* (Professora Joana); *“Eu preciso saber se a minha criança sofreu um tombo em casa e não tá bem”* (Professora Joana). Entendemos, a partir desta realidade estudada, que a maternidade não se dissocia do exercício profissional e que o fato de serem mães influencia no tratamento e na preocupação com os alunos.

Concordamos que “[...] a professora é uma técnica encarregada de proporcionar ferramentas adequadas que possibilitem o desenvolvimento do aprendente, não é uma mãe, os papéis são diversos” (SCHUCH, 2016, p. 585). Ficou evidente que o fazer pedagógico dessas professoras – e acreditamos que de muitas outras – é uma extensão da maternidade e do trabalho doméstico.

Por fim, as entrevistas com as professoras destacam como a concepção do cuidado e do papel maternal estão relacionadas ao exercício profissional na Educação Infantil. Essa divisão de papéis cumpre com o objetivo das estruturas dominantes de poder de estabelecer o que é adequado para cada gênero, atribuindo às mulheres responsabilidades domésticas e de cuidado, enquanto os homens são associados ao trabalho fora de casa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível explorar como as relações de gênero e a constituição histórica da escola primária permeiam e moldam a prática docente na Educação Infantil em uma escola municipal de Paranaíba/MS. Através da perspectiva da pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 2011) e da ADF (PÊCHEUX, 1995), investigou-se como as professoras vivenciam seu trabalho e o que entendem por relações de gênero, a fim de captar aspectos ideológicos que contribuem para a atribuição de sentidos ao trabalho.

As entrevistas mostraram que o sentido do trabalho para as professoras está diretamente relacionado ao gênero, visto que há uma precarização na formação e na capacitação profissional, demonstradas através da ausência de planejamento intencional das atividades e conteúdo e no predomínio das formas de cuidado e atenção com seus alunos, utilizando pronomes como “meus/minhas” ao se referirem a eles.

O estudo sugere que, para que melhores condições de trabalho possam existir para a classe docente feminina, é essencial considerar as implicações das relações de gênero e promover um espaço que reconheça as habilidades e conhecimentos técnicos dessas profissionais. É necessário, portanto, que a formação inicial e continuada inclua reflexões críticas sobre essas relações entre gênero e cuidado permeadas na educação, a fim de conscientizar as professoras sobre essas ideologias presentes em suas ações e funções de trabalho.

Entende-se como necessário a conscientização do papel histórico da mulher no mercado de trabalho, de forma a desnaturalizar funções maternais no ambiente profissional das professoras, buscando meios de valorizar conhecimentos técnicos e científicos que devem ser passados para os alunos, apresentando-lhes a realidade concreta.

Buscou-se a partir desta pesquisa contribuir para ampliar o debate sobre gênero e educação, oferecendo dados relevantes para futuras pesquisas e intervenções que busquem não apenas compreender, mas transformar as realidades enfrentadas pelas professoras da Educação Infantil.

Uma vez que a pesquisa foi desenvolvida somente com três professoras, autodeclaradas como mulheres cis brancas e heterossexuais, recomenda-se que o estudo seja repetido em outras realidades, com um espaço amostral maior e demais recortes discriminatórios. É considerada importante a investigação dos sentidos do trabalho para professoras que atuam em creches, por lidarem com crianças ainda menores, de zero a três

anos. Acredita-se que aspectos relacionados ao gênero e à maternidade sejam ainda mais acentuados nesse contexto.

REFERÊNCIAS

- ATAÍDE, P. C.; NUNES, I. M. L. Feminização da Profissão Docente: as representações sobre a relação entre ser mulher e ser professora do ensino fundamental. **Revista Educação e Emancipação**, v. 9, n. 1, p.167-188, 2016.
- BENDASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 14, n. 1, pp. 59-72, 2011.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica, 2023. Resumo Técnico**. Brasília, 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, 2010.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)**, 2010.
- BRITO, M. M. L. A.; COELHO, G. G. Feminismo marxista e psicologia: o trabalho reprodutivo na formação da subjetividade das mulheres. **Revista de Ciências Sociais**, n. 55, p. 184-200, 2021.
- CASTAÑEDA, M. **O machismo invisível**. Tradução Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**. Resolução nº 10/05, 2005.
- DUARTE, N. A Pedagogia Histórico-Crítica e a formação da individualidade para si. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.5, n.2, p.59-72, 2013.
- FARIA, E. **O lugar do sujeito na educação infantil: uma análise na perspectiva da psicologia histórico-cultural**. Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2013.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FREITAS, M. F. R. L. Feminização do trabalho docente no Brasil: aproximações iniciais a partir da teoria da reprodução social. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.16, n1, p.942-960, 2024.
- GUEDES, R. S., PASSOS, D. O. R. A presença das mulheres na história da Educação no Brasil. **Revista Teias**, v. 23, n. 70, p. 167-189, 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Paranaíba: IBGE, 2022.

JÚNIOR, A. L. M.; NETO, L. B., ALVES, J. S. Trajetória da Pedagogia Histórico-Crítica: um olhar sobre a formação e prática pedagógica de professores. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n.3, p-13-148, 2019.

LAGOA, M. I. **Educação e luta de classes: a educação infantil brasileira no século XXI**. 2022. Evaldo Amaro Vieira. 255f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARIGLIA, A. C. G., MARTINS, L. M. Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a formação de professores. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.5, n.2, p.97-105, 2013.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2013.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**/ Michel Pêcheux; tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.], 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PICCIN, S. A Constituição da Análise de Discurso de Michel Pêcheux. **Ver. Dissol.** Pouso Alegre, ano III, n°4, 2016.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHUCH, M. A. **A mulher professora e a professora mulher: um estudo acerca da responsabilidade docente**. In II CONG. INT. UMA NOVA PEDAGOGIA PARA A SOCIEDADE FUTURA, 2016, Rio Grande do Sul. Anais [...]. Restinga Sêca: Antonio Meneghetti Faculdade, 2016. P. 580-587, 2016. ISBN 978-85-68901-07-6

SOUZA, T. M. S. O papel da divisão sociosexual do trabalho na constituição de subjetividades gendradas. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-92, 2023.

TELLES, A. M. V. **A presença da mulher no contexto da história da educação (1960-1980)**. In: ANPED SUL, X, 2014, Florianópolis. Anais. Florianópolis: X ANPED SUL, 2014 p. 1-17.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivo: cultura e processos de subjetivação**. Editora Appris, 2018.

APÊNDICES**APÊNDICE I – Declaração de Infraestrutura****Declaração de Infraestrutura e Autorização para Uso da Mesma**

Declaro, conforme os Regulamentos dos Programas de Pesquisa Institucionais, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada “SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO: A REALIDADE DE PARANAÍBA”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Gilson Gomes Coelho e Luisa Pereira Rocha, que o local abaixo nomeado, conta com toda a infraestrutura necessária para a realização da pesquisa e que os pesquisadores acima citados estão autorizados a utilizá-la.

LOCAL:

INFRAESTRUTURA:

De acordo e ciente,

___ de _____ de _____.

Nome e assinatura:

CPF:

Função/cargo:

APÊNDICE II – Carta de Anuência Institucional da Secretaria Municipal de Educação

Carta de Anuência Institucional**Autorização do fornecimento do banco de dados**

Declaro conhecer o projeto de pesquisa intitulado SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO: A REALIDADE DE PARANAÍBA, de responsabilidade do pesquisador Gilson Gomes Coelho.

Declaro ter ciência que o objetivo geral da proposta é identificar o sentido do trabalho para as docentes da Educação Infantil de Paranaíba.

Declaro ainda conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança das informações e do bem-estar de seus participantes da pesquisa.

Assim, manifesto-me favorável ao uso do banco de dados da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Paranaíba/MS desde que o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e dos Comitês de Ética cadastrados como coparticipantes desta pesquisa.

Autorização para elaboração de entrevistas direcionadas às docentes da Educação Infantil

Declaro conhecer o projeto de pesquisa intitulado SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO: A REALIDADE DE PARANAÍBA, de responsabilidade do pesquisador Gilson Gomes Coelho.

Declaro ter ciência que o objetivo geral da proposta é identificar o sentido do trabalho para as docentes da Educação Infantil de Paranaíba.

Declaro ainda conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades com o presente projeto e de seu compromisso no resguardo da segurança das informações e do bem-estar de seus participantes da pesquisa.

Assim, manifesto-me favorável à elaboração da etapa de entrevistas direcionadas às docentes da Educação Infantil nesta instituição, desde que o projeto seja aprovado pelo

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e dos Comitês de Ética cadastrados como coparticipantes desta pesquisa.

Paranaíba, _____, _____, 20____.

Nome legível/assinatura e carimbo do(a) representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Paranaíba/MS.

APÊNDICE III – Carta de Anuência Institucional da Escola Municipal estudada

Carta de Anuência Institucional

Autorização do fornecimento do banco de dados

Declaro conhecer o projeto de pesquisa intitulado SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO: A REALIDADE DE PARANAÍBA, de responsabilidade do pesquisador Gilson Gomes Coelho.

Declaro ter ciência que o objetivo geral da proposta é identificar o sentido do trabalho para as docentes da Educação Infantil de Paranaíba.

Declaro ainda conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança das informações e do bem-estar de seus participantes da pesquisa.

Assim, manifesto-me favorável ao uso do banco de dados da Escola Municipal _____ desde que o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e dos Comitês de Ética cadastrados como coparticipantes desta pesquisa.

Autorização para elaboração de entrevistas direcionadas às docentes da Educação Infantil

Declaro conhecer o projeto de pesquisa intitulado SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO: A REALIDADE DE PARANAÍBA, de responsabilidade do pesquisador Gilson Gomes Coelho.

Declaro ter ciência que o objetivo geral da proposta é identificar o sentido do trabalho para as docentes da Educação Infantil de Paranaíba.

Declaro ainda conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades com o presente projeto e de seu compromisso no resguardo da segurança das informações e do bem-estar de seus participantes da pesquisa.

Assim, manifesto-me favorável à elaboração da etapa de entrevistas direcionadas às docentes da Educação Infantil nesta instituição, desde que o projeto seja aprovado pelo

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e dos Comitês de Ética cadastrados como coparticipantes desta pesquisa.

Paranaíba, _____, _____, 20____.

Nome legível/assinatura e carimbo do(a) representante da Escola Municipal.

APÊNDICE IV – Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD) da Secretaria
Municipal de Saúde

TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD)

Título do Projeto de Pesquisa: SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO: A REALIDADE DE PARANAÍBA

Pesquisador Responsável: Gilson Gomes Coelho

O TCUD é um instrumento para formalização da responsabilidade do pesquisador para acesso a dados institucionais retrospectivos e/ou consolidados. Essa situação deve estar devidamente justificada pelo Pesquisador responsável no protocolo apresentado ao Sistema CEP/CONEP Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, onde será avaliada a pertinência de sua utilização.

INFORMAÇÕES GERAIS

- O TCUD é obrigatório para toda e qualquer pesquisa que acesse e colete informações em banco de dados institucionais, exceto se os bancos de dados forem de acesso público (dados agregados e dados disponíveis pela Lei 12.527/2011, de acesso à informação).
- Todos os pesquisadores que pleiteiem acesso aos documentos do arquivo devem informar o seu nome e seu registro de identidade (RG ou CPF ou documento utilizado para identificar Pesquisador estrangeiro), e apresentar este termo firmado. É vedado o acesso aos documentos àquelas pessoas cujo nome e assinatura não constem no documento;
- A coleta de dados será realizada somente após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.
- Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto vinculado.
- Situações que suscitem dúvidas éticas deverão ser levadas ao Comitê de Ética em Pesquisa, ou à GEP que deverá encaminhar à instância apropriada.

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO PROJETO DE PESQUISA

Nome completo (sem abreviação):

Vínculo Institucional:

Assinatura:

DESCRIÇÃO DOS DADOS

- () Dados anonimizados;
- () Dados coletados de entrevistas;
- () Dados coletados de gravador de voz.

Categoria profissional que os dados serão extraídos:

Intervalo cronológico que estudo deseja coletar dados:

Período de execução da coleta de dados:

Variáveis a serem coletadas:

AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Declaramos, para os devidos fins, que cederemos aos Pesquisadores acima nominados o acesso aos dados solicitados para uso exclusivo no projeto de Pesquisa supracitado. Esta autorização está condicionada à observância, pelo(a) Pesquisador(a), da Lei n.º 13.709/2018, da Resolução CNS n.º 466/12, da Resolução CNS n.º 674/2022. O(a) Pesquisador(a) se compromete a utilizar os dados dos participantes da pesquisa exclusivamente para fins científicos, mantendo-se o sigilo e anonimização e garantindo a não utilização das informações em prejuízo de pessoas e/ou de comunidades.

Paranaíba, _____, _____, 20____.

Nome legível/assinatura do Pesquisador.

Nome legível/assinatura e carimbo do(a) representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Paranaíba/MS.

APÊNDICE V – Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD) da Escola
Municipal estudada

TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD)

Título do Projeto de Pesquisa: SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO: A REALIDADE DE PARANAÍBA

Pesquisador Responsável: Gilson Gomes Coelho

O TCUD é um instrumento para formalização da responsabilidade do pesquisador para acesso a dados institucionais retrospectivos e/ou consolidados. Essa situação deve estar devidamente justificada pelo Pesquisador responsável no protocolo apresentado ao Sistema CEP/CONEP Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, onde será avaliada a pertinência de sua utilização.

INFORMAÇÕES GERAIS

- O TCUD é obrigatório para toda e qualquer pesquisa que acesse e colete informações em banco de dados institucionais, exceto se os bancos de dados forem de acesso público (dados agregados e dados disponíveis pela Lei 12.527/2011, de acesso à informação).
- Todos os pesquisadores que pleiteiem acesso aos documentos do arquivo devem informar o seu nome e seu registro de identidade (RG ou CPF ou documento utilizado para identificar Pesquisador estrangeiro), e apresentar este termo firmado. É vedado o acesso aos documentos àquelas pessoas cujo nome e assinatura não constem no documento;
- A coleta de dados será realizada somente após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.
- Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto vinculado.
- Situações que suscitem dúvidas éticas deverão ser levadas ao Comitê de Ética em Pesquisa, ou à GEP que deverá encaminhar à instância apropriada.

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO PROJETO DE PESQUISA

Nome completo (sem abreviação):

Vínculo Institucional:

Assinatura:

DESCRIÇÃO DOS DADOS

- () Dados anonimizados;
- () Dados coletados de entrevistas;
- () Dados coletados de gravador de voz.

Categoria profissional que os dados serão extraídos:

Intervalo cronológico que estudo deseja coletar dados:

Período de execução da coleta de dados:

Variáveis a serem coletadas:

AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Declaramos, para os devidos fins, que cederemos aos Pesquisadores acima nominados o acesso aos dados solicitados para uso exclusivo no projeto de Pesquisa supracitado. Esta autorização está condicionada à observância, pelo(a) Pesquisador(a), da Lei n.º 13.709/2018, da Resolução CNS n.º 466/12, da Resolução CNS n.º 674/2022. O(a) Pesquisador(a) se compromete a utilizar os dados dos participantes da pesquisa exclusivamente para fins científicos, mantendo-se o sigilo e anonimização e garantindo a não utilização das informações em prejuízo de pessoas e/ou de comunidades.

Paranaíba, _____, _____, 20____.

Nome legível/assinatura do Pesquisador.

Nome legível/assinatura e carimbo do(a) representante da Escola Municipal.

APÊNDICE VI – Instrumento de Pesquisa

INSTRUMENTO DE PESQUISA
<p>Parte 1: Dados sociodemográficos</p> <p>Nome:</p> <p>Idade:</p> <p>Gênero:</p> <p>Cor:</p> <p>Estado civil:</p> <p>Possui filhos(as):</p> <p>Parte 2: Perguntas semiestruturadas</p> <ol style="list-style-type: none">1) Qual a sua formação profissional?2) Há quanto tempo trabalha como professora da educação infantil?3) Quais atividades você realiza na sua rotina de trabalho?4) Quais atividades você realiza fora do trabalho?5) Por que você trabalha na Educação Infantil?6) Para você, o que é trabalhar na Educação Infantil?7) Para você, qual é sua função dentro da escola?8) Na sua opinião, qual a sua maior contribuição para o seu trabalho?9) Quais suas habilidades e desafios que você encontra em relação ao trabalho com crianças que estão na faixa etária de 0-6 anos?10) Na sua opinião, por que o corpo docente da Educação Infantil é predominantemente ocupado por mulheres?11) O que você entende por relações de gênero?

Fonte: Elaborado pelos autores.

APÊNDICE VII – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “SER PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SENTIDOS DO TRABALHO – A REALIDADE DE PARANAÍBA”, realizada pelo prof. Dr. Gilson Gomes Coelho e a estudante de graduação em Psicologia, Luisa Pereira Rocha, ambos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul– Paranaíba MS.

O objetivo central da pesquisa é identificar e descrever o sentido do trabalho para as docentes da Educação Infantil de Paranaíba. Assim, partir-se-á da hipótese de que o sentido do trabalho docente está interpelado pela precarização das condições de trabalho, pela feminização do magistério e que os achados na literatura científica se repetem na realidade do município estudado.

Acreditamos que este estudo seja importante porque visa contribuir para se pensar na valorização dessas profissionais no cenário atual. Sendo assim, ao aceitar fazer parte desta pesquisa, você será convidada a participar de uma entrevista com os pesquisadores sobre o tema.

A entrevista será realizada em local e horário definido pela coordenação da escola e pela entrevistada respeitando a sua conveniência e os critérios de privacidade, com duração aproximada de uma hora, sendo que se necessário será agendada nova entrevista para que o objetivo seja atingido. A entrevista será gravada apenas por um gravador de áudio, sem conter imagens, e o seu conteúdo transcrito e analisado, isto para que a transcrição do conteúdo seja exata e que não haja perda de nenhuma informação relevante. Após a transcrição da entrevista a gravação será destruída.

Você tem garantido o direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. A pesquisa segue as exigências éticas legais para a realização de pesquisas com seres humanos.

Você não terá nenhum ônus ou ganho financeiro por participar dela. Os gastos necessários para a sua participação serão assumidos pelos pesquisadores. Os benefícios que a pesquisa pode gerar dizem respeito a contribuições teórico-práticas para diferentes áreas de conhecimento, sobretudo os campos da educação e das políticas sociais na sociedade.

Esta pesquisa não apresenta riscos previsíveis à sua saúde. No entanto, você poderá sentir algum desconforto em alguma pergunta, por se tratar de questões pessoais e fazer referência

ao seu local de trabalho, diante de tal situação você está livre para se recusar a respondê-la sem que isso traga qualquer prejuízo para você ou para os pesquisadores.

Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você, assim você poderá entrar em contato com os pesquisadores em qualquer situação relacionada à sua participação ou quando julgar necessário pelo Endereço

_____.

Portanto, declaro que fui informada sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi, de forma clara e objetiva, todas as explicações pertinentes ao projeto e que todos os dados a meu respeito serão sigilosos.

Eu compreendo que neste estudo as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim e que serei informado dos resultados obtidos.

Estou ciente de que os mesmos só serão utilizados para divulgação em reuniões e publicações em revistas científicas.

Declaro que não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa.

Nome por extenso:

RG:

Paranaíba – MS, ____ de _____ de ____

Assinatura/rubrica:

Fonte: Elaborado pelos autores.